

## "Entre Deus e o Diabo": O arcebispado de D. Avelar Brandão Vilela durante a Ditadura Militar

GRIMALDO CARNEIRO ZACHARIADHES\*

Em 30 de maio de 1971, D. Avelar Brandão Vilela tomava posse como arcebispo da Sé primacial do Brasil, substituindo D. Eugênio de Araújo Sales. Antes de assumir a arquidiocese de Salvador, ele já tinha sido bispo da diocese de Petrolina, em Pernambuco (1946-1955) e arcebispo da arquidiocese de Teresina, no Piauí (1955-1971). Projetou-se nacionalmente pelas funções que assumiu junto à CNBB, chegando a ser vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1964. D. Avelar se tornaria também presidente do CELAM - Conselho Episcopal Latino Americano. Já comandando a arquidiocese de Salvador seria nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI, em 1973 (ZACHARIADHES, 2009:175-190).

D. Avelar Brandão Vilela é tido como um bispo *moderado* em suas posições políticas e sociais. O arcebispo de Salvador tentava dialogar com os vários setores da sociedade evitando entrar em radicalismos, deixando sempre a porta aberta para todos. O prelado procurava conversar com todos: com os políticos de esquerda, de direita, setores católicos ligados à Teologia da Libertação e com setores mais tradicionais da Igreja Católica. Nem quando ele discordava da orientação, ele se fechava ao diálogo, tendo procurado manter contactos com os marxistas e até com os maçons.

D. Avelar assumiu a arquidiocese de Salvador em um momento extremamente delicado, em que o país vivia sob um regime de exceção, a Ditadura Militar (1964-1985). Mesmo em um momento de radicalização política como no Regime dos militares, D. Avelar procurava manter o diálogo com os vários setores da Igreja Católica e da sociedade, tentando administrar os conflitos, pois assim ele entendia ser a função do bispo, do Pastor:

*Um grupo entende que a palavra do Pastor deve ser exclusivamente de cunho espiritual (...) outro grupo defende a tese de que a missão profética do Pastor deve necessariamente conter denúncias e fazer acusações abertas e até violentas.*

*Para uma corrente de sociólogos e de teólogos, o Pastor deve exatamente conduzir as idéias na esteira de suas convicções políticas e filosóficas.*

---

\* Doutorando em História (CPDOC/FGV). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Celso Suckow da Fonseca – Unidade Maracanã – RJ.

*Para outros, a palavra do Pastor deve ser revolucionária e dirigida para a ação concreta de transformação radical das estruturas.*

*Assim cada cabeça, cada sentença.*

*No meio de toda essa efervescência de sentimento encontra-se o Pastor.<sup>1</sup>*

#### **D. Avelar e os militares**

O arcebispo de Salvador se manteve sempre disposto ao diálogo com os militares. Mesmo no momento de maior repressão da ditadura, ele evitava fazer críticas abertas ao Regime. Na documentação guardada no arquivo particular de D. Avelar Brandão Vilela pode-se perceber como o Cardeal era próximo de setores do Governo e como, a todo o momento, tentou evitar um conflito que impedisse o diálogo com os militares, mesmo nos momentos de crise que o envolvia diretamente.

Atendendo ao convite do General Rodrigo Octávio, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), D. Avelar aceitou ministrar uma conferência nesta instituição, em 23 de setembro de 1971. O título da Conferência de D. Avelar foi *A Igreja e o Estado no Brasil*. Nela, o arcebispo perguntava aos militares: “Por que temer o diálogo? Não seria esta a hora indicada para que se abrisse amplo e criterioso diálogo de âmbito nacional”. D. Avelar tocou em pontos mais críticos ao Regime e afirmava que “a necessidade de Segurança Nacional pode (...) criar um clima de medo perigoso”. Avisava que com a censura, a Imprensa poderia perder o seu direito de criticar “honestamente” e que a juventude poderia “explodir em acesso de violência ou então, acomodar-se excessivamente”. E colocava: “Deve-se registrar que, tanto na parte ligada aos poderes de repressão, como nos setores inconformados com o Regime brasileiro, há comportamentos que excedem a própria orientação das instituições”.<sup>2</sup>

Alguns dias após D. Avelar Brandão ter ministrado essa conferência, o General Rodrigo Octávio iria ser destituído do cargo de comandante da Escola Superior de Guerra. Esta atitude surpreendeu o próprio prelado, pois, ele não via nada de ofensivo na sua fala. Porém, o problema não foi o que ele disse, mas sim, o fato dele ter distribuído uma cópia de sua conferência aos jornalistas e o impacto que ela teve na imprensa, como ele ficaria sabendo por uma carta *reservada* da ESG endereçada a ele.

<sup>1</sup> *Páscoa: Presença, Luta e Esperança de Liberação*. Mensagem do Pastor 17-04-73

<sup>2</sup> Texto *A Igreja e o Estado no Brasil* (Pasta P-Romano OSB – L. F. Sécris de Teilhard. Instante 5 – caixa 23. Arquivo LEV/UCSAL)

Nesse documento, assinalava-se que, apesar dos militares presentes não terem concordado com as posições defendidas pelo arcebispo, eles entendiam que ele tinha apresentado com “honestidade e patriotismo” o seu ponto de vista. Porém, como o tema era “sujeito a interpretações emocionais” era para ter sido tratado em “caráter reservado”. O autor da carta se disse surpreso ao ter lido nos jornais trechos da conferência que tinha sido distribuído pelo próprio arcebispo aos jornalistas, e afirmava que D. Avelar deixou o comando da ESG “em situação bastante embaraçosa” pela repercussão que teve nos jornais e que foi tratado com “evidente sobrecarga da emocionalidade (sic)”. Nessa carta, o autor lembrava ao arcebispo que o “livre debate” era para ter ficado “restrito a Escola [Superior de Guerra]”.<sup>3</sup>

D. Avelar Brandão Vilela respondeu ao General Rodrigo Octávio no mesmo dia, dizendo estar surpreso pela repercussão que estava tendo o caso, já que para ele era “uma honra falar na Escola Superior de Guerra”. Sobre a publicidade da conferência, ele explicou que “se soubesse que se tratava de documento estritamente reservado não teria permitido que os repórteres o levassem” e finalizava: “sinto profundamente ter sido causa de desgostos e de decepção”. D. Avelar ficou tão preocupado com a repercussão do caso que enviou também, no mesmo dia, uma carta para o presidente Médici, com uma cópia da conferência, dizendo não ter pretendido ofender o Exército e que estava “profundamente angustiado”, pois não sabia que a conferência era reservada, já que, não tratava “de nenhum assunto proibido”. Na carta, percebe-se que o grande problema para D. Avelar era que esse caso se tornasse o que ele chamou de um “instrumento de traumatismo”, ou seja, que fechasse o diálogo entre ele e os militares, pois, para o arcebispo, essa crise não tinha “a mínima razão de ser”.<sup>4</sup>

Durante o período ditatorial, D. Avelar manteve uma relação muito próxima com os militares e, em várias ocasiões, celebrou missas nas comemorações das Forças Armadas (essa atitude era evitada por vários bispos, para que não fosse visto como um apoio ao Regime). A título de exemplo, em 1977, D. Avelar celebrou missa na Catedral Basílica “pelo aniversário

<sup>3</sup> *Carta Reservada da ESG a D. Avelar. 24/09/71. Assinatura ilegível, mas provavelmente do General Rodrigo Otávio. (Pasta Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971. Instante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL)*

<sup>4</sup> *Carta de D. Avelar ao Exmo.sr. Comandante da Escola Superior de Guerra General Rodrigo Otávio. 24/09/1971. (Pasta Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971. Instante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL) e Carta de D. Avelar ao Excelentíssimo Senhor presidente da República General Emílio Garrastazu Médici. 24/09/1971. (Pasta Dom Avelar no tempo e na Igreja – fatos importantes de Agosto a Dezembro de 1971. Instante 5 - Caixa 24. Arquivo LEV/ UCSAL).*

da Revolução” e alguns meses depois, celebrava missa em homenagem “à semana do Exército”.<sup>5</sup> O arcebispo de Salvador não apoiava os documentos publicados pelo episcopado nacional que criticavam o Governo, e que com isso pudesse comprometê-lo com os militares. Quando foi lançado o documento *Não Oprimas Teu Irmão*, após o assassinato do jornalista Wladimir Herzog pelas Forças de Segurança, em que o episcopado paulista condenava a violação dos direitos humanos, D. Avelar preferiu o silêncio.<sup>6</sup>

D. Avelar Brandão foi um dos idealizadores e integrante da comissão *Bipartite*, formada por membros do episcopado nacional e dos militares para tentar amenizar os conflitos entre o Governo e a Igreja Católica devido a repressão contra os setores católicos que faziam oposição ao Regime militar. Foram mantidos encontros informais entre as cúpulas das Forças Armadas e da Igreja Católica, entre 1970 a 1974, no intuito de reduzir as tensões entre as duas instituições.<sup>7</sup>

Parece indiscutível que D. Avelar pretendeu manter sempre um diálogo fecundo com os militares, porém não se pode deduzir que, por isso, ele apoiava a ditadura e ponto final, pois seria simplificar a questão. Os setores da esquerda, especialmente os prisioneiros políticos, viam em D. Avelar Brandão Vilela, alguém em quem poderia se socorrer quando se precisasse de ajuda durante a Ditadura Militar.

### D. Avelar e as esquerdas

O Movimento Estudantil recorreu ao Cardeal de Salvador, em algumas ocasiões, para que ele intercedesse em prol dos alunos. Quando, em 1975, ocorreu uma greve de grande proporção na Universidade Federal da Bahia (UFBA) que quase parou a universidade por completo (esta paralisação é considerada como a 1ª grande greve estudantil depois de 1968) e

---

<sup>5</sup> “Missa na Catedral pelo aniversário da Revolução”. *Tribuna da Bahia* 1/04/ 1977, p. 3 e “Missa deu início ontem à semana do Exército”. *Diário de Notícias* 20 /08/ 1977, p. 3.

<sup>6</sup> “Dom Avelar não opina sobre documento da CNBB”. *Tribuna da Bahia* 3/12/ 1975, p. 3.

<sup>7</sup> Segundo Kenneth Serbin (2001: p.203-204) foi D. Avelar que lançou a idéia da criação da Bipartite: “No final de 1967 e começo de 1968, por exemplo, dom Avelar trabalhou pela criação de uma comissão Igreja/Estado de alto nível para estudar as causas do conflito civil-religioso. O bispo se encontrou com autoridades governamentais de alto escalão, inclusive, o próprio Costa e Silva. Porém, o governo rejeitou o plano, pois militares da linha dura defendiam o controle sobre o clero e até mesmo sobre os bispos. Entretanto a idéia de dom Avelar lançou sementes para futuras tentativas de diálogo”

os estudantes se viram com problemas com o Governo e a Reitoria da Universidade, eles foram pedir a D. Avelar para intermediar as negociações, o qual prontamente aceitou.<sup>8</sup>

Sabendo da proximidade do arcebispo de Salvador com a alta hierarquia militar, em vários momentos durante a ditadura, os presos políticos e familiares procuraram D. Avelar Brandão para denunciarem os maus tratos, as prisões indevidas, as torturas que sofriam e pedindo ao Cardeal para interceder por eles. O prelado de Salvador sempre esteve aberto para tentar intermediar as negociações entre os militares e os prisioneiros políticos. Segundo Emiliano José, um ex-presos político, D. Avelar era “um solidário amigo dos presos políticos” (JOSÉ, 2006: p.7-15).

Por exemplo, dos dias 4 a 11 de julho de 1975, os órgãos de repressão iniciaram uma perseguição a pessoas que estavam sendo acusadas de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Bahia, era a chamada *Operação Radar*. Vários cidadãos foram detidos, dentre outros, Sérgio Santana, vereador do MDB; Marco Antônio Rocha Medeiros, diretor do Clube de Engenharia da Bahia; Ieda Santana, assessora do Derba e Roberto Argolo, professor do Departamento de Física da UFBA. Com a possibilidade da prisão preventiva ser decretada para os acusados, os familiares foram procurar D. Avelar, pedindo para interceder junto a VI Região Militar, e entregaram-no o seguinte documento, transcrito pela imprensa:

*Eminentíssimo Dom Avelar Brandão Vilela – D.D. Cardeal Arcebispo Primaz do Brasil.*

*O momento que atravessamos é de angústia, apreensão e dor. (...)*

*As famílias dos presos políticos apelam para a Grandeza das suas ações, a fim de interferir junto à Auditoria da VI Região Militar no sentido de evitar que sejam tomadas medidas de prisão preventiva, em virtude das pessoas implicadas serem cidadãos que têm residência fixa, profissão definida, conduta irrepreensível, atestadas inclusive pelas próprias associações profissionais a que estão vinculados (...)*

*Confiamos no seu amor ao homem!*

*Estamos certos de que em nome de Cristo, usará do toda sua força interior, a fim de evitar que injustiças maiores sejam consumadas.*

*Que o Deus da Esperança ilumine cada vez mais as suas ações, abençoe as suas palavras, os seus pensamentos.*

*Curvamo-nos diante da sua grandeza!*

*Salvador, 25 de julho de 1975.<sup>9</sup>*

<sup>8</sup> Entrevistas com Gabriel Kraychete (26-10-06), Elsa Kraychete (1-12-06) e Ana Cecília Bastos (10-01-07).

<sup>9</sup> *Jornal da Bahia* 26/07/1975. Segundo o jornal este documento foi entregue pelos familiares dos presos políticos ao Cardeal e continha 90 assinaturas.

O arcebispo, também, enviava correspondências para os comandantes militares querendo saber sobre o tratamento dado aos prisioneiros políticos. Em um telegrama dele para o comandante da 6ª Região Militar, ele queria saber sobre o tratamento dado aos presos políticos a pedidos de “um grupo de esposas e mães”. O general Heitor Fontoura de Moraes respondeu ao Cardeal dizendo que o Exército não era o responsável pelos detentos nos presídios, e informou a D. Avelar que não existiam *prisioneiros políticos* na Bahia e sim “julgados e condenados, regularmente pela Justiça, por assassinio, terrorismo e subversão da ordem legal”. O Cardeal treplicou respondendo que iria procurar o setor responsável pelos presídios para saber mais informações sobre os presos, e ironicamente pediu desculpas por ser “um ignorante” e não saber diferenciar um preso político de um preso com a alcunha dada pelo General.<sup>10</sup>

O Cardeal apoiou os encontros nacionais que ocorreram em Salvador, promovidos pelas esquerdas em defesa da Anistia em 1978 e 1979. Tanto o “Iº Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia e Direitos Humanos” que ocorreu no CEAS, em 1978; quanto o “IIº Congresso Nacional pela Anistia” que ocorreu no Colégio 2 de Julho, em 1979, onde compareceram vários ex-exilados políticos, tais como Luis Carlos Prestes, Diógenes Arruda, Apolônio de Carvalho entre outros, tiveram as bênçãos do prelado (CARVALHO NETO, 2009: 259-285).

Os setores da Igreja Católica que faziam oposição aos militares viam em D. Avelar Brandão um aliado contra a repressão militar. O abade do Mosteiro de São Bento, um dos principais opositores aos militares na Bahia, sempre que precisava encontrava apoio em D. Avelar. O padre italiano Renzo Rossi que visitava os prisioneiros políticos em todo o país, servindo como um elo de ligação entre os presos e a sociedade, levando as denúncias de violação dos direitos humanos praticados pelos militares, no Brasil e no exterior, tinha total apoio do prelado (JOSÉ: 2002).

---

<sup>10</sup> *Telegrama do Eminentíssimo e reverendíssimo Cardeal de São Salvador da Bahia ao Excelentíssimo Sr. Comandante da VI Região Militar (06/09/1973), Telegrama do General de Brigada Heitor Fontoura de Moraes, comandante da VI Região Militar ao Eminentíssimo Sr. Cardeal de Salvador/ Bahia (12/09/73) e Telegrama do Cardeal de São Salvador primaz do Brasil ao Excelentíssimo Sr. General de Brigada Heitor Fontoura de Moraes (12/09/1973)*. (Pasta Assuntos referentes a Títulos e Medalhas – 1973. Instante 5 - Caixa 23. Arquivo LEV/UCSAL)

O bom relacionamento que D. Avelar procurava manter com as Forças Armadas, permitia a ele ter um grande espaço de manobra para interceder em defesa dos religiosos que trabalhavam em sua diocese e, principalmente, conseguir protegê-los contra a repressão militar. Quando os militares tentaram expulsar os jesuítas do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Cláudio Perani e Andrés Mato, D. Avelar tomou a frente das negociações defendendo os dois sacerdotes.

No dia 28 de outubro de 1978, o coordenador do CEAS, o jesuíta italiano Cláudio Perani estava voltando de uma viagem à Europa e foi detido e impedido de deixar o aeroporto. A Polícia Federal queria que o padre retornasse imediatamente para a Itália na mesma aeronave. Cláudio Perani conseguiu avisar da sua detenção a um jesuíta que o esperava, que tratou logo de avisar D. Avelar Brandão.

Quando ficou sabendo do ocorrido o Cardeal de Salvador foi pessoalmente ao aeroporto para buscar o sacerdote. Chegando lá, tratou de entrar em contacto com o superintendente da Polícia Federal. Depois de cinco horas detido no aeroporto, o padre Perani pôde sair junto com D. Avelar. A Polícia Federal alegou, naquele momento, que tinha sido um “equivoco” a detenção do jesuíta, fruto de uma confusão nos nomes. Ao chegar à sede do CEAS e receber o apoio dos colegas, o padre Cláudio Perani concedeu uma entrevista coletiva para comentar o caso, e concluiu: “Eu tenho amigos importantes, mas fico imaginando o que ocorre com os operários e camponeses que enfrentam estas situações sem ninguém a olhar por eles. Foram horas angustiantes as que passei”.(ZACHARIADHES, 2010: p.108)

Menos de um ano após o ocorrido com Cláudio Perani, mais um jesuíta do CEAS sofreria ameaça de expulsão. Dessa vez foi o padre espanhol Manuel Andrés Mato. Quando Andrés foi à superintendência da Polícia Federal para pegar um visto de saída do Brasil para viajar ao Peru, onde iria participar de um congresso dos jesuítas, tomou conhecimento de que tinha sido instaurado um inquérito visando sua expulsão do país. Um jornal chegou a afirmar que o processo de expulsão contra o jesuíta era “por práticas e ideologias subversivas”.<sup>11</sup>

Imediatamente o provincial dos jesuítas, Dionísio Sciuchetti, tratou de entrar em contacto com D. Avelar Brandão, para pedir a intercessão do Cardeal. Com a intervenção de D. Avelar Brandão Vilela que entrou em contacto diretamente com o então ministro da

---

<sup>11</sup> Jornal *Tribuna da Bahia* 29/09/1979

Justiça, Petrônio Portella, foi encerrado o inquérito sobre a expulsão do jesuíta Andrés Mato. Tanto no caso da tentativa de expulsão do padre Perani quanto na do padre Andrés foi fundamental a interferência do Cardeal de Salvador que teve uma atitude enérgica em defesa dos dois sacerdotes.<sup>12</sup>

### Considerações Finais

Durante a ditadura militar, D. Avelar Brandão Vilela procurou ser um mediador entre o Governo e os setores da sociedade que estavam na oposição, tentando administrar os conflitos sociais e políticos durante aquele período. Consciente da sua posição como arcebispo, procurou transitar pelos diversos grupos políticos, deixando a porta aberta para todos. Debaixo do rótulo de “moderado”, escondia-se um arcebispo extremamente hábil politicamente, e que fazia do diálogo sua maior arma.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO NETO, Jovinião Soares. “II Congresso da Anistia: Momento de resistências e definições”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). *Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

JOSÉ, Emiliano. *As asas invisíveis do padre Renzo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

\_\_\_\_\_. “Esquecer jamais”. In: GUEDES, Ana; MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha. *Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia*. Salvador, 2006.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. “Dom Avelar Brandão Vilela e a Ditadura Militar”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). *Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009

---

<sup>12</sup> O próprio superintendente da Polícia Federal de Salvador, Hélio Romão, confirmou que o processo de expulsão contra o padre Andrés tinha sido encerrado depois das negociações feitas por D. Avelar com as autoridades e que tinham sido conduzidas “num nível muito elevado” pelo arcebispo. *Jornal A Tarde* 3/10/1979

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

9

\_\_\_\_\_. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS.* Salvador: EDUFBA, 2010.